

MEMÓRIAS DE UMA MENINA, O DIÁRIO DE HELENA MORLEY

MEMOIRS OF A GIRL, HELENA MORLEY'S DIARY

Kauanne Oliveira
Juliana Maia de Queiroz
UFPA

Resumo: Este trabalho tem como base o livro *Minha vida de menina* (1942), de Helena Morley, e busca observar como os relatos da autora sobre sua vida e seu entorno podem colaborar para conhecermos mais acerca do final do Oitocentos no Brasil. Escrito em forma de diário no final do século XIX, o livro nos permite vislumbrar como vivia uma cidade em declínio econômico no interior de um país recém-abolicionista. Partindo do ponto de vista de uma jovem que viveu durante aquela época, apropriamo-nos da memória individual de Morley para entendermos uma memória coletiva que constitui a história brasileira. Como instrumentos de análise sobre memória, história e literatura, são trazidos à discussão autores como Michael Pollak (1989), Jeanne Marie Gagnebin (2006) e Maurice Halbwachs (1989), os quais ajudarão a mostrar a importância da conservação da memória para a sociedade.

Palavras-chave: Memória; Literatura, História.

*Abstract: This work is based on the book *Minha vida de menina* (1942), by Helena Morley, and seeks to observe how the author's accounts of her life and surroundings can help us learn more about the end of the 1800s in Brazil. Written in journal form at the end of the 19th century, the book allows us to glimpse how a country town in economic decline functioned in a newly abolitionist country. From the point of view of a young girl who lived during that period, we draw upon Morley's individual memory to understand a collective memory that constitutes Brazilian history. As instruments of analysis on memory, history and literature, authors such as Michael Pollak (1989), Jeanne Marie Gagnebin (2006) and Maurice Halbwachs (1989) are brought to the discussion, and they will help show the importance of preserving memory for society.*

Keywords: Memory; Literature, History.

Introdução

Nós constituímos a história. Nós vivemos a história. Enquanto vivemos nossas vidas, estamos, mesmo que de forma involuntária, contribuindo para a história e construindo memórias,

sejam elas nossas, de pessoas próximas ou da sociedade. Sendo assim, preservar a história é uma preocupação há tempos. Historiadores, pesquisadores e filósofos fizeram disso seu trabalho. Entretanto, é comum que indivíduos também se empenhem nessa tarefa de alguma forma.

Há várias maneiras de preservar a história e a memória em larga ou pequena escala. Livros, arquitetura e monumentos são exemplos de meios de conservação histórica. De uma maneira mais íntima e em uma escala menor, temos o diário, gênero textual que tem como pano de fundo preservar uma memória, mesmo que somente para quem escreve. É um meio de notar, anotar e guardar elementos a nossa volta ou, em outros termos, nossa percepção sobre aquilo que nos cerca, como bem aponta Jeanne Marie Gagnebin:

Na história, na educação, na filosofia, na psicologia o cuidado com a memória fez dela não só um objeto de estudo, mas também uma tarefa ética: nosso dever consistiria em preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens (Gagnebin, 2006, p. 97).

O livro *Minha vida de menina* (1942), escrito inicialmente como um diário, encaixa-se nessa citação de Gagnebin, pois pode ser lido como um meio de preservação da memória e de resgate de tradições, vidas, falas, costumes e comportamentos de uma outra época. É a única obra publicada pela autora mineira Helena Morley, que começou a escrevê-lo aos 13 anos de idade, no ano de 1893. Enquanto o escrevia, entre seus 13 e 15 anos, sua intenção era anotar o que acontecia em seu cotidiano como treinamento de leitura e escrita. Foi seu pai quem primeiro a incentivou a escrever um diário, pois achava a filha muito inteligente e queria que ela exercitasse a escrita. Mais tarde, seu professor da Escola Normal passou como tarefa que cada menina escrevesse pelo menos uma redação por dia. Assim, Helena passou a contar em seus cadernos seu cotidiano na pequena Diamantina do final do século XIX. O diário apenas se tornou livro em 1942, quando, revirando caixas antigas, Helena reencontrou seus escritos e decidiu publicá-los para, segundo ela, mostrar “às meninas de hoje a diferença entre a vida atual e a existência simples que levávamos naquela época” (Morley, 2016, p. 13). Através do livro, temos a possibilidade de observar como aquela comunidade vivia em um momento tão crucial para o país, marcado pela recente Lei Áurea assinada na data de 13 de maio de 1888. Poucos anos antes do início do diário, a escravidão havia sido abolida, transformando radicalmente os sistemas sociais e econômicos, e a República havia sido instituída como regime político. Dessa forma, as observações contidas no documento acerca de seu contexto são úteis e relevantes mesmo nos dias atuais: mostram como se dava a vivência naquela pequena parte do Brasil durante um período histórico tão importante.

Tendo como objeto da análise o livro *Minha vida de menina*, faremos, assim, um estudo sobre memória individual e coletiva, passando pelos conceitos de “memória oficial” e “memória subterrânea” elaborados por Michael Pollak (1989). A presente análise se dará, no entanto, sempre sob a ressalva de que estamos diante de um objeto atrelado a uma perspectiva única, a de Helena Morley. Outra ressalva necessária é a de que a autora escreveu o diário ainda adolescente e, segundo ela, não houve qualquer alteração nos escritos para a publicação do livro.

Memórias de Helena, memórias de um Brasil

A primeira edição do livro escrito por Morley apresenta uma nota da autora na qual, dentre outras informações, ela explica as razões para começar a escrever um diário e por que, posteriormente, publicá-lo como um livro. A partir das palavras da autora, podemos inferir que, enquanto escrevia, não tinha a intenção de que outras pessoas lessem aquelas memórias: escrever um diário era apenas uma maneira de exercitar a escrita. Entretanto, quando adulta, Helena Morley percebeu que aqueles registros de sua mocidade poderiam ter alguma serventia para suas netas e outras pessoas. Lilian de Lacerda (2003) assim explica essa literatura memorialística: “desses papéis, a memória reconstrói lembranças de lugares, de pessoas e de práticas sociais como um velho álbum de família, cujos retratos permitem reconstituir o ontem, o antes de ontem e o antes de antes de ontem” (Lacerda, 2033, p. 27).

As memórias individuais da autora registradas no diário ajudam a constituir a memória coletiva brasileira acerca dos últimos anos do século em que foram escritas. Maurice Halbwachs (1989) explica que a memória individual é aquela que constitui a testemunha participante ou observadora de um determinado evento, aquela que está nele de alguma maneira e, posteriormente, vai recordar esse momento. Entretanto, o estudioso francês também observa que nossas memórias, mesmo que unicamente nossas, são, na verdade, coletivas:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (Halbwachs, 1989, p. 26).

Desse modo, nossas memórias individuais são sempre afetadas pelos outros, pois estamos inseridos em uma sociedade e em uma coletividade. Cada rua percorrida, cada casa visitada, estará constituída por memórias coletivas que preenchem nossas memórias individuais. Assim, mesmo se tratando de um diário formado pela memória de Helena, *Minha vida de menina* torna-se um objeto de memória coletiva. O trabalho de Morley enquadra-se no que Walter Benjamin (1987) chamou de “escavação”, já que a autora aproximou-se de seu passado ao revirar cadernos antigos no intuito de mostrar o que viveu enquanto menina em uma região do interior do Brasil:

A língua tem indicado inequivocamente que a memória não é um instrumento para a exploração do passado; é, antes, o meio. É o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades são soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava (Benjamin, 1987, p. 239).

Assim, as memórias às quais temos acesso através do diário não são apenas um instrumento

de contato com o passado; elas são, antes de tudo, o meio através do qual esse passado aconteceu. Quando lemos a narrativa da autora, não estamos apenas olhando para as memórias contadas, estamos também explorando o meio pelo qual toda a narrativa se desenvolve.

Lúcia Castello Branco e Ruth Silviano Brandão, no livro *A mulher escrita* (1989), explicam que é comum gêneros textuais autobiográficos estarem associados à escrita feminina, pois as mulheres são, desde cedo, incentivadas a escrever sobre seus sentimentos e sobre seu dia a dia, como no caso de Morley em casa e na escola:

E aqui desbocamos na impossibilidade da escrita feminina. Não se trata mais de escrever o desejo, já que este, de uma forma ou de outra, sempre fala, sempre é aquele que fala. Trata-se antes do escrever o gozo, a morte, o real. Por isso talvez ela apresente certa preferência pelos gêneros do impossível: os diários, as cartas, as memórias, as autobiografias. [...] Aí, e no pacto da fidedignidade que ela pretende estabelecer com o leitor, desenha-se, sub-repticiamente, essa trajetória absurda da captação do real – entendido como a “vida real”, como a “verdade dos fatos”, ou como a “verdade dos sentimentos”. E sobretudo aí, nessa tentativa da captação do real, e ainda por seu caráter de discurso que se funda a partir de uma falta, de um vazio, as escritas femininas e memorialísticas se encontram (Branco; Brandão, 1989, p. 141-142).

Sua intenção ao escrever o diário entre 1893 e 1895 não era torná-lo público, como a própria autora ressaltou, mas, indubitavelmente, o momento histórico ali vivido merece atenção. Como um todo, o século XIX significou muitas transformações para este país. Seu final foi marcado pela promulgação da Lei Áurea, que aboliria uma das práticas mais cruéis já vividas aqui: a escravidão. Nas páginas de *Minha vida de menina* (1942), conseguimos perceber como se deu a vivência de alguns indivíduos escravizados depois da assinatura do documento. Tratamos o livro de Morley, portanto, como uma forma de termos acesso à vivência não só da menina autora, mas de toda a comunidade em seu entorno:

Para além de narrar as vicissitudes de um sujeito que se move na história, permite ao historiador no presente documentar vestígios desse passado, como adverte Bloch (2001). Os registros, segundo uma abordagem que valoriza as escritas de si, são tratados como estratégia de aproximação das experiências de vida de um tempo e lugar. Ademais, não se trata apenas de se ler uma experiência individual, mas da possibilidade de reconstrução de experiências de vida de grupos sociais com as quais a subjetividade de uma dada pessoa dialoga e se insere (Silva, 2013, p. 1).

Márcia Cabral da Silva aponta a importância de ler os escritos de Helena não somente como um diário que narra uma história particular, mas como relato que pode nos dar acesso a vários grupos sociais. Os relatos do passado são o que nos dão acesso a ele. Nesse sentido, Halbwachs afirma que é necessário consultar a memória dos outros e buscar referências que estão fixadas pela sociedade para evocarmos nosso próprio passado.

Como já explicitado anteriormente, o momento histórico brasileiro era de radicais mu-

danças: em 1888, era abolido o regime escravocrata; em 1889, era proclamada a República. Tais transformações reverberaram por toda a sociedade. Mais localmente, Diamantina, cidade onde se passa a narrativa de Morley, também enfrentava suas próprias mudanças. Durante o século XVIII, Diamantina viveu uma fase de vasto desenvolvimento através da exploração de minérios, o que elevou a cidade a um patamar de evidência econômica, mas quando Morley narra suas memórias, o período de esplendor já havia passado. Em muitos relatos, a menina se queixa da pobreza e falta de recursos que afligem sua família. Explica, por exemplo, que seu avô materno havia enriquecido através da exploração de diamantes; seu pai, entretanto, também minerador, não conseguiu encontrar uma quantidade significativa de minérios que aumentasse as finanças da família, fazendo com que vivessem em constantes dificuldades financeiras.

Dessa forma, o contexto social no qual a família de Helena estava inserida era notavelmente diversificado, pois seus membros transitavam facilmente entre diferentes estratos sociais. A família materna, a partir do enriquecimento do avô, tinha sido dona de escravos; a família paterna era de origem inglesa, característica que bastava para serem bem aceitos e reconhecidos na pequena cidade, possibilitando também que frequentassem a casa de pessoas importantes e influentes. De igual modo, a condição limítrofe permitia que os filhos brincassem com crianças mais pobres na rua. A presença de empregados negros ex-escravizados também é constante nos relatos da menina. Agora libertos, eles transitavam nos círculos sociais descritos por Morley, mas sempre com a sombra da escravidão pairando sobre seus corpos. Roberto Schwarz, no livro *Dois meninas* (1997), aponta esta peculiar posição da família: “como a menina, os irmãozinhos ora fazem trabalho de negro, ora são primos pobres, explorados para o serviço doméstico dos parentes abastados, ora são membros de uma família importante” (Schwarz, 1997, p. 70).

O diário de Helena Morley, *Minha vida de menina*, acaba sendo um registro – ainda que com tom ficcional, posto ser um diário – das vivências dos ex-escravizados após o dia 13 de maio de 1888. Nesse sentido, vale citar novamente Halbwachs:

Durante o curso de minha vida, o grupo nacional de que eu fazia parte foi o teatro de um certo número de acontecimentos, dos quais digo que me lembro, mas não conheci a não ser pelos jornais ou pelos depoimentos daqueles que deles participaram diretamente. Eles ocupam um lugar na história da nação. Porém, eu mesmo não os assisti (Halbwachs, 1989, p. 54).

Desde que nascemos e passamos a compor uma história, somos também naturalmente habitados por um passado. De saída, temos acesso àquilo que nos foi e é narrado; depois, a depender de nossa disposição, temos a possibilidade de buscar saber sobre fatos relacionados à nossa história por nós mesmos, tanto por meio da formação escolar quanto da leitura de caráter mais eletivo. Halbwachs afirma que, para desvendar o passado, precisamos nos amparar na memória dos outros e na “memória social”. A memória à qual o estudioso se refere formaria a “memória nacional”, que é a mais completa e coletiva que possuímos, segundo Michael Pollak (1989). Pollak, diferentemente de Halbwachs, analisa a memória coletiva por uma ótica um pouco mais crítica. Temos a “memó-

ria nacional”, aquela compartilhada por todos na sociedade e passada de uma geração a outra, e a “memória subterrânea”, composta por aqueles sujeitos que ficaram historicamente à margem da sociedade.

Assim, Pollak apresenta a memória a partir de duas perspectivas que se confrontam: “memória nacional” *versus* “memórias subterrâneas”. Em contrapartida à memória nacional, temos a memória dos marginalizados, grupos que são historicamente dominados, a qual é invisibilizada ou apagada. A história dos grupos denominados como “minorias” pela sociedade é geralmente deixada de lado em prol da história dos grupos dominantes. Somente quando os primeiros rebelam-se e começam a desvendar e denunciar seu passado é que temos acesso às suas histórias. Pollak afirma que a abordagem de Halbwachs sobre a memória coletiva é mais positiva, pois busca reforçar a coesão social, assumindo que “a memória nacional é a forma mais completa de uma memória coletiva” (1989, p. 3).

Um olhar sobre a escravidão

Faz-se necessário iniciarmos a presente seção enfatizando que o livro base deste trabalho, *Minha vida de menina*, foi escrito por uma mulher branca cuja família conviveu constantemente com pessoas negras escravizadas até que a Lei Áurea fosse instituída. Na verdade, mesmo após a abolição, muitos escravizados continuaram trabalhando nas terras da família por falta de melhores condições de trabalho em outros locais. À vista disso, a percepção e a narração de Morley acerca do regime escravocrata é bastante parcial em favor de sua família.

Nesse sentido, poderíamos dizer que o diário de Helena nos auxilia na articulação do passado segundo explica Halbwachs citando Benjamin: “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo” (Halbwachs, 2006, p. 40). Não podemos conhecer o passado exatamente como ocorreu, mas podemos recorrer a instrumentos que nos permitam articulá-lo e, assim, desvendar nossa história.

O Brasil foi construído sobre fortes bases patriarcais e racistas. Como sabemos, o passado de uma nação ajuda a constituir seu futuro; portanto, somos um reflexo de nosso passado escravocrata. Foram aproximadamente quatro séculos sob o domínio do regime da escravidão em terras brasileiras, sendo que a lei de abolição foi implementada há apenas dois séculos.

Considerando as reflexões de Pollak, a população negra brasileira é um dos grupos que constituem o que o autor denomina “memória subterrânea”, uma vez que estão historicamente marginalizados em relação aos brancos. Dado nosso passado e nossa estrutura social, é comum que a narrativa histórica seja centrada nessa perspectiva, o que resulta em benefícios para pessoas brancas. Temos como grande nome da abolição da escravatura em território nacional, por exemplo, a Princesa Isabel. Quando mencionamos tal fato histórico, ela é, via de regra, um dos nomes mais lembrados e reverenciados. Entretanto, quando se estuda e pesquisa sobre o fim da escravidão, entende-se que, na realidade, houve um vasto processo de luta do povo negro contra sua subjugação.

Não foi apenas a benevolência da princesa branca que resultou na Lei Áurea: vários nomes negros foram essenciais até sua culminância na data de 13 de maio de 1888. Todavia, muitos desses nomes ficaram esquecidos na história. A memória nacional, composta majoritariamente pelo patriarcado branco, se sobrepôs à memória subterrânea, composta por, neste caso, negros que participaram do fim do regime escravocrata brasileiro. Assim, retomamos a afirmação de Pollak acerca da definição de memória subterrânea:

Irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória de dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente. Essa memória ‘proibida’ e portanto ‘clandestina’ ocupa toda cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica (Pollak, 1989, p. 5).

Desse modo, quando os mencionados ressentimentos acumulados irrompem, temos acesso à memória que ficou esquecida pela coletividade de uma sociedade durante muito tempo. Oficialmente, a Princesa Isabel é um dos maiores marcos da abolição; subterraneamente, contudo, temos diversos nomes de pessoas negras que se articularam para que o regime escravocrata chegasse ao fim. Angela Alonso (2015), ao escrever *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*, mostra como o fim da escravidão se deu a partir de todo um movimento abolicionista que teve diversos articuladores, dentre eles os próprios escravos. A estudiosa lança luz sobre a data de 13 de maio e esclarece como a princesa responsável pela assinatura da Lei Áurea adquiriu protagonismo como símbolo abolicionista em detrimento do movimento negro. Este, por sua vez, passou a destacar seus próprios símbolos, tal como a referência à morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares vinculada ao dia 20 de no

Muito já se escreveu sobre abolição, já se discutiram causas econômicas, seu processamento pelas instituições políticas, resistências judiciais e cotidianas, revoltas e fugas de escravos. Trabalho feito e bem-feito. Mas o movimento abolicionista ficou na sombra. Em parte porque o próprio movimento não chamou a si a honra. Paradoxalmente, um de seus líderes, Joaquim Nabuco, atribuiu o feito à magnanimidade da Coroa. A reação a essa versão virou avalanche no centenário da Lei Áurea, em 1988. Estudiosos e ativistas do movimento negro contestaram a relevância da casa imperial e ressaltaram a resistência dos escravos. Trocou-se mesmo de ícone e de data comemorativa da liberdade africana no Brasil – 13 de maio para 20 de novembro, da liderança da dinastia ao protagonismo dos cativos, de Isabel a Zumbi (Alonso, 2015, p. 9-10).

O dia 13 de maio é mencionado no diário de Helena algumas vezes, como no trecho “na Chácara moram ainda muitos negros e negras do tempo do cativo, que foram escravos e não quiseram sair com a Lei de 13 de Maio. Vovó sustenta a todos” (Morley, 2016, p. 50). A citação evidencia também o que aconteceu com os escravizados após a abolição, sendo que muitos deles continuaram morando nas chácaras dos antigos senhores. A escolha de palavras da autora para tra-

tar do tema chama a atenção, visto que ela parece indicar que a permanência dos negros naquela situação resultou da própria vontade e da dependência financeira em relação às suas avós. A palavra “sustentar” denota que eles não trabalhavam e que suas avós bancavam suas despesas como um ato de bondade. Em outros excertos do diário, vemos ideias similares, nas quais os brancos aparecem como seres benevolentes que sustentam os negros, que, por sua vez, escolheram ficar nas terras mesmo depois de libertos. É inegável que há, portanto, uma parcialidade em favor das pessoas brancas no diário de Helena. O mesmo sucedeu com a memória nacional durante muitos anos, contra a qual a memória subterrânea dos negros busca argumentar. A avó de Helena, com quem ela conviveu longamente e por quem nutre um forte apreço, havia sido senhora de escravos:

Só Tomé é que vovó mandou embora porque diz que é feiticeiro e estava aprontando Andresa com um chá de raízes para ela casar com ele. As negras, as que não bebem, são muito boas, e para terem seus cobres fazem pastéis de angu, sonhos e carajés para as festas de igreja e para a porta do teatro. Vovó compra delas muitas dessas coisas e nós comemos a noite inteira (Morley, 2016, p. 50).

A partir das citações anteriores, podemos notar que a perspectiva de Helena é de admiração pela atitude da avó por permitir a permanência dos negros na chácara, sustentá-los e ainda comprar o que eles produzem. Como mencionado anteriormente, para a menina, tais atitudes fazem da avó uma pessoa extremamente bondosa. Além disso, o trecho destacado mostra como ela enxerga as pessoas negras: enfatiza que as negras boas são aquelas que não bebem. A afirmação permite uma leitura daquilo que não está expresso em palavras: a menina parece ter uma visão bastante moralista e pejorativa dos negros que bebem. Destaca-se, também, a acusação de que o homem negro Tomé pratica feitiçaria e que só casou com Andressa por esta ter lhe dado um chá de raízes, possivelmente fazendo alusão a alguma prática do homem que se esquivava daquilo que ela conhece como normal e aceitável de acordo com os costumes de sua família católica.

Todas essas observações são negativas. Quando Helena descreve o homem negro, ela o faz colocando-no como o diferente, o outro, e sempre lançando julgamentos a partir de suas percepções de menina branca. Como se sabe, essa visão do negro inclinado a vícios era comum desde épocas anteriores. Nesse sentido, vale lembrar Silvia Hunold Lara (2007), que apresenta um relato de um conde sobre o grande número de negros ainda escravizados que circulavam pelas cidades “sem serem alugados ou empregados nas fábricas e lavouras, e sem acharem meios de buscar o próprio sustento, acabavam desocupados, entregando-se ‘ao ócio, à bebedice e a todo gênero de vícios’” (Lara, 2007, p. 13).

Como mencionado anteriormente, a questão do trabalho dos negros depois de 13 de maio de 1888 (ou a falta dele) é um assunto também abordado no livro. O trecho anterior mostra algumas das ocupações dos ex-escravizados, dentre elas a venda (o comércio). Em princípio, era suposto que os negros, após libertos, deveriam ser remunerados por seus serviços. Porém, isso nem sempre acontecia. Morley narra uma situação vivida por seus pais quando precisaram de dois trabalhadores para um serviço e, assim, tentam “alugar” dois negros. A situação narrada, que nos causa muito in-

cômodo hoje, revela que, mesmo após a abolição, os negros ainda eram tratados como mercadoria, pois podiam ser “alugados”, e o dinheiro que recebessem pelo serviço prestado deveria ser dividido com as senhoras da casa:

Meu pai, precisando de algumas praças para o serviço que está fazendo no Bom Sucesso, pôs-se a indagar até saber que as Cunhas têm em casa dois negros que ainda foram do cativo e que elas costumam alugar para fora e dividir com eles o dinheiro, porque não estando eles alugados elas é que os sustentam. Meu pai e mamãe então se lembraram de passar na casa das Cunhas, na Rua do Bonfim, para contratar os negros. Lá elas disseram que os negros já estavam alugados e no meio da conversa contaram que tinham dois irmãos chamados Geraldo e Anacleto que viviam em casa à toa, sem emprego. Mamãe, depois que elas disseram que os negros já estavam alugados, não prestou mais atenção à conversa das mulheres, deixou meu pai só ficar escutando. Mas quando ela ouviu nos dois que estavam em casa desempregados, mamãe disse: “Por que as senhoras não nos cedem o Geraldo e o Anacleto?”. As mulheres ficaram espantadas e meu pai teve de explicar que mamãe estava distraída e pensou que eles também eram negros (Morley, 2016, p. 46-47).

A partir da passagem anterior, podemos notar a indignação das Cunhas ao terem seus irmãos solicitados para fazerem o “trabalho de um negro”. Todos os brancos presentes na cena parecem entender o equívoco: as Cunhas ficam espantadas; o pai de Helena se justifica como se estivesse fazendo um pedido de desculpas; e a própria Helena, que está apenas narrando o acontecido, ao falar da mãe, lança mão de palavras que tratam a fala materna como um erro não intencional. Procurando lançar luz ao fato nada banal narrado por Helena, recorreremos à pesquisa de Karl Monsma (2017), que mostrou como a força de trabalho negra organizou-se em São Paulo depois do fim da escravidão:

1) que os empregadores, tanto no campo como na cidade, tinham preconceito contra os negros e lhes discriminavam, quase sempre preferindo o imigrante quando este estava disponível; 2) que os imigrantes substituíram os negros nos setores mais dinâmicos da economia paulista e nas profissões que apresentavam mais oportunidades para a mobilidade social, relegando os negros às margens da economia: atividades instáveis, com poucas oportunidades para formação de pecúlio, como o trabalho ocasional ou empregos que implicavam a dependência pessoal, como o serviço doméstico (Monsma, 2017, p. 5).

A citação anterior, embora remeta ao estado de São Paulo, poderia ser ampliada e pensada também para muitas outras regiões brasileiras, dentre elas aquela narrada por Helena Morley. Sabemos que, durante muitos anos, a realidade propagada em livros didáticos e em livros de história tradicionais foi a de que os negros simplesmente passaram a ser livres após a promulgação da Lei Áurea. Trata-se do discurso da memória oficial e coletiva. Porém, como observado também através dos fragmentos do diário de Morley, a realidade obviamente não se deu dessa maneira. Apesar de

haver sido escrito com este intuito, *Minha vida de menina* (1942) permite alcançar uma memória subterrânea: a memória dos negros marginalizados mesmo após a implantação de uma lei que teoricamente lhes beneficiaria. Não estamos pondo em questão a importância da libertação das pessoas escravizadas; o que queremos mostrar é que tal libertação não conferiu a elas um tratamento equivalente ao recebido pelos brancos naquela mesma sociedade. A fim de evidenciar essa diferença de tratamento entre brancos e negros no fim do século XIX, temos o trecho em que Emídio, um crioulo, deseja ser tratado como um branco e é duramente repreendido por isso:

Nunca gostei tanto na minha vida de uma coisa como a que aconteceu hoje a Emídio. Tio Joãozinho mandou-o levar uma carta ao Dr. Pedro Mata e ele voltou com a cabeça quebrada. Foi mostrando a cabeça a tio Joãozinho e dizendo: “Olha o que o senhor me fez!”. Tio Joãozinho perguntou: “Como foi isso?”. Ele respondeu: “Foi o doido do Pedro Mata que me deu um pescoção e eu rolei pela escada abaixo”. Tio Joãozinho disse: “Quem sabe você lhe falou como está me falando, chamando-o de ‘Pedro Mata?’”. Ele respondeu: “Como é que o senhor queria que eu falasse? Não sou livre e tão bom como ele?”. Tio Joãozinho não pôde deixar de rir e disse: “Foi muito bem merecido esse tapa. Gostei de ver. Com mais alguns você aprenderá a dobrar a língua para os brancos, negro sem-vergonha”. Eu também gostei, porque ele é muito intrometido (Morley, 2016, p. 101-102).

Novamente, para todos os brancos envolvidos na situação, parece absurdo que um negro compare-se a um branco. Percebemos que o trabalho forçado ainda existia, e o trabalho braçal que demandava força ainda era visto como uma tarefa que deveria ser cumprida pelos negros, não sendo digna para brancos.

Assim como tivemos acontecimentos trágicos em toda a história da humanidade, talvez, para o Brasil mais especificamente, a escravidão tenha sido um dos fatores mais cruéis deste solo, com consequências drásticas nos dias de hoje e que nos fazem criticar duramente certos trechos da narrativa de Helena Morley. Lembramos aqui das reflexões de Gagnebin, quando afirma acerca da importância de se manter viva a memória de situações traumáticas para que a sociedade evite que elas aconteçam novamente. Em seu texto *O que significa elaborar o passado?* (2006), a autora explica, usando o nazismo e o campo de concentração de Auschwitz como exemplos, a importância da manutenção da lembrança sobre grandes traumas. Em suas palavras, para além de lembrar sobre esses eventos, é ainda mais necessário não esquecer: “‘Auschwitz’, símbolo da Shoah, continua sendo o emblema daquilo que não pode, não deve ser esquecido: daquilo que nos impõe um dever de memória” (Gagnebin, 2006, p. 98). Continua:

Devemos lembrar o passado, sim: mas não lembrar por lembrar, numa espécie de culto ao passado. No texto de Adorno, que é judeu e sobrevivente, a exigência de não-esquecimento não é um apelo a comemorações solenes; é, muito mais, uma exigência de análise esclarecedora que deveria produzir – e isso é decisivo – instrumentos de análise para melhor esclarecer o presente (Gagnebin, 2006, p. 103).

A escravidão é possivelmente o nosso trauma. É a prática que não podemos esquecer e que

deve ser constantemente discutida, analisada, esclarecida para que não volte a acontecer, sobretudo porque não foi completamente abolida. Apesar de ter se tornado ilegal, é comum vermos nos jornais denúncias sobre pessoas sendo submetidas a regime de trabalho análogo à escravidão. Em *Minha vida de menina* (1942), podemos alcançar uma forma de acesso a uma percepção da vida de pessoas negras ao fim da escravidão, lembrando sempre que sua autora pertence a uma família branca. Assim, este livro pode ser também lido e analisado como um importante meio para manter viva a memória sobre essa prática que deve ser sempre combatida.

Considerações finais

O livro de Helena Morley não tem como tema central a vida de pessoas negras no Brasil no final do século XIX, mas serviu de base para nossa análise. É um meio para percebermos como se deu a vivência de ex-escravizados após a abolição do regime escravocrata, que vigorou no Brasil desde a chegada dos europeus. Assim, depois de mais de três séculos comercializando, traficando e escravizando pessoas, percebemos, por meio de excertos do aparente inocente diário de uma adolescente do interior de Minas Gerais, que a abolição não configurou uma imediata liberdade para elas. Para o leitor contemporâneo, trata-se de importante fonte literária e histórica de período conturbado e complexo da sociedade brasileira na passagem do século XIX para o XX.

Minha vida de menina é, como atribui Alexandre Eulálio (2016), um livro que nasceu clássico, não somente porque retrata a vida cotidiana em uma cidade do interior do Brasil, mas também porque nos permite ter acesso a histórias que ainda precisam ser contadas. Neste objeto de estudo, pessoas negras não são protagonistas, porém, mesmo como personagens secundárias, ganham as páginas inúmeras vezes, pois estavam entrelaçadas à vivência da autora. Observamos, assim, que mesmo através de um diário, ou seja, de escritos que falam mais sobre a vida da protagonista, podemos enxergar toda uma comunidade a partir do ponto de vista da narradora. Retomando Lacerda sobre a escrita de memórias, podemos pensar então:

[...] por causa do valor auto-referencial dos textos, o trabalho com a memória recupera alguns acontecimentos e fatos, mas também oblitera, negligencia e omite outros. A linguagem utilizada é, em sua maior parte, simples e despretensiosa, mas nem por isso abandona a metáfora e outros recursos estilísticos. Como escreveu Cecília Meireles, as memórias são como florestas densas que escurecem; seus testemunhos exigem o olhar para o que está por debaixo das mesas e das cadeiras: recortes, parafusos, encaixes, pedaços de cola... as coisas naturais e verdadeiras. Os dados não estão a priori construídos, as informações nem sempre estão na superfície dos textos, e exigem um trabalho de combinação, recomposição, montagem, cruzamento, complementação e análise (Lacerda, 2003, p. 29).

Neste artigo, o livro de Helena Morley foi usado como um meio de recuperação de um passado não somente da vida da protagonista, mas de uma história que faz parte do cenário nacional. É necessário sempre enfatizar que a autora é uma mulher branca, nascida em uma família de pres-

tígio (não financeiro, mas social) e, assim, podemos ler *Minha vida de menina* como uma memória subterrânea no tocante ao negro, pois traz à luz, mesmo que em segundo plano, a vivência nos anos subsequentes à abolição da escravidão, contribuindo significativamente para discussões sobre a vida social no Brasil do fim do século XIX. A leitura de seu diário permite uma aproximação literária sob a perspectiva de uma menina interiorana no que concerne às relações sociais e políticas ali forjadas e como contribuíram para formar a sociedade na qual vivemos hoje.

Toda a discussão aponta para a necessidade da preservação de meios que recuperem a memória, ao mesmo tempo em que se torna indispensável buscarmos sempre novas perspectivas a partir de obras literárias consagradas. É importante, independentemente do momento vivido, alcançarmos aqueles que não tiveram suas histórias narradas, para que não permaneçamos crentes somente naquilo que contam os dominantes, os detentores do poder e a memória oficial. A memória daqueles que estão incluídos em grupos de minorias (mesmo sendo numericamente maioria), e que tiveram suas histórias dominadas, deve ser resgatada e exposta.

Nesse sentido, o diário de Helena Morley é um rico objeto literário, no qual a narrativa se passa em um espaço e tempo, e que pode contribuir para a formação ou, ainda, para a ampliação de uma memória coletiva e nacional, uma vez que aborda temas recorrentes na atualidade, tais como escravidão, abolição e pós-abolição. A literatura é, portanto, um meio através do qual podemos interferir e entender o presente, além de fonte de conhecimento e importante veículo para dar voz àqueles que foram historicamente calados.

Referências

ALONSO, A. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 483 p.

BENJAMIN, W. Escavando e recordando. In: BENJAMIN, W. *Rua de Mão Única: obras escolhidas II*. Tradução: Rubens R. T. Filho e José Carlos M. Barbosa. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 278 p.

BRANCO, L. C.; BRANDÃO, R. S. *A mulher escrita*. 1 ed. Rio de Janeiro: Casa Maria, 1989.

EULÁLIO, A. Livro que nasceu clássico. In: MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016. p. 7-11.

GAGNEBIN, J. M. O que significa elaborar o passado? In: GAGNEBIN, J. M. *Lembrar, Escrever, Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006. cap. 7, p. 97-105.

HALBWACHS, M. *Memória coletiva*. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 1989.

LACERDA, L. *Álbum de leitura: memórias de vida, história de leitores*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LARA, H. S. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 430 p.

MONSMA, K. Conflito simbólico e violência interétnica: europeus e negros no oeste paulista, 1888-1914. *História Em Revista*, v. 10, n. 10, 13 jul. 2017.

MORLEY, H. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016. 328 p.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. Tradução: Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SILVA, M. C. Sobre a educação feminina: o caso de Helena Morley (1893-1895). In: Congresso Brasileiro de História da Educação: circuitos e fronteiras da História da Educação no Brasil, VII, 2013, Cuiabá. *Anais [...]*, Cuiabá: FAPEMAT, 2013. v. 1, p. 1-13.

SCHWARZ, R. *Duas meninas: uma leitura comparada de Machado de Assis e Helena Morley*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 152 p.

Kauanne Oliveira

Mestra em Estudos Literários pela Universidade Federal do Pará (2023), orientada pela Prof^a Dr^a Juliana Maia de Queiroz. E-mail: oliveirakauanneoliveira@gmail.com

Juliana Maia de Queiroz

Professora na graduação e na pós-graduação em estudos literários da Universidade Federal do Pará desde 2014. É doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (2011) e vem trabalhando nos últimos anos com narrativas escritas por mulheres. E-mail: jumaia@gmail.com

Recebido em 01/06/2023.

Aceito em 30/09/2023.